

Sarney reafirma apoio a projeto que garante o voto ao analfabeto

Arquivo

Brasília — O presidente do PDS, Senador José Sarney, disse que sua posição já é pública em relação ao voto do analfabeto: "pois votei a favor da mensagem que o ex-Presidente Castelo Branco enviou ao Congresso, nesse sentido". O líder Nelson Marchezan prometeu defender até o direito do analfabeto ao voto, "mas desde que criado um sistema de símbolos ou cores que lhe permita decidir isolada e conscientemente".

O presidente do PP, Senador Tancredo Neves, endossa a opinião do Deputado Djalma Maranhão (PDS-RN), favorável ao voto do analfabeto, mais inicialmente só no âmbito municipal. O PMDB, através do vice-líder, Deputado Marcondes Gadelha (PB), já sugere até os símbolos: uma cruz, uma roda ou o logotipo partidário. Entre os que são contra a extensão do voto aos analfabetos está o Senador Dinarte Mariz (PDS-RN), que não aceita nem moradores analfabetos em sua fazenda, no sertão do Seridó. O projeto de emenda constitucional que institui o voto de analfabeto, de autoria do Deputado Joel Ribeiro (PDS-PI) será lido em sessão do Congresso, no início de agosto.

SÓ COM SÍMBOLOS

Enquanto o Senador José Sarney não acrescentou qualquer ressalva à sua posição, favorável ao voto do analfabeto, o líder do PDS na Câmara, Deputado Nelson Marchezan, achou que pelo atual sistema o analfabeto estaria facilmente sujeito a manipulações e não participaria, consequentemente, de uma decisão consciente. Por isso ele defende a criação de símbolos.

O parlamentar gaúcho advertiu que não estava acrescentando nada quanto às possíveis fórmulas de alteração do sistema de votação que permitissem a participação isolada do eleitor analfabeto, mas sugeriu a introdução de símbolos ou de cores que o orientassem. Garantiu que vai lutar, dentro do Partido, pela adoção do voto do analfabeto, mas sob as condições que julga indispensáveis.

O Senador Tancredo Neves fez primeiro um rápido retrospecto sobre as tentativas de adoção do voto do analfabeto, a seu ver "um tema sempre suscitado e sempre calorosamente discutido no Brasil". Lembrou que a mensagem enviada ao Congresso ao tempo do Presidente Castelo Branco, outorgando ao analfabeto o direito ao voto, caiu por apenas um voto.

"A resistência no Brasil" — segundo afirmou — "ao voto do analfabeto advém das elites que se sentem ameaçadas com a ampla universalização do sufrágio. O voto do analfabeto amplia, de fato, o poder de decisão do povo".

Fez questão, porém, de falar sobre algumas correntes que, considerando a massa analfabeta mais suscetível de mistificação em face dos processos da moderna tecnologia de comunicações de massas, advogam um sistema gradativo de engajamento desse eleitorado no processo eleitoral: De início o analfabeto participaria apenas das eleições municipais, na qual ele teria mais habilidade para exercitar o voto, podendo escolher os candidatos consoante os seus interesses e sentimentos. E conclui:

— "Só na base dessa experiência, o voto do analfabeto deveria ser estendido às eleições estaduais e nacionais".

MAIS ELEITORES

O secretário-geral do PMDB, Deputado Aldo Fagundes (RS), apenas endossou as colocações feitas, na sua presença, pelo vice-líder Marcondes Gadelha, que defendeu a total participação dos analfabetos no processo eleitoral. Acha que essa questão não comporta mais as reações preconceituosas dos que entendem que o analfabeto não tem condições de escolher seus candidatos.

Esses posicionamentos, no seu entender, não procedem mais porque são desmentidos pela própria eficiência dos meios de comunicação. Além disso, não vê grande diferença entre as condições dos que não votam e os mais de 20 por cento

do atual eleitorado (40 milhões), que apenas desenham seus nomes. Os políticos mantêm pessoas, nos períodos eleitorais, dentro dos cartórios somente para ensinar esses eleitores a desenharem os nomes. "Se mandados escrever outra coisa eles não sabem".

Segundo seus cálculos, com a aprovação da emenda constitucional permitindo o voto do analfabeto, mais 12 milhões de eleitores se somarão ao atual contingente eleitoral brasileiro, que está em torno de 40 milhões.

OS SEM PARTIDOS

Dos senadores que não estão filiados a nenhum Partido político, somente o Sr Dirceu Cardoso (ES) se posicionou favorável ao direito do voto, mas também com as ressalvas expressadas pelo Deputado Nelson Marchezan.

O Sr Dirceu Cardoso acha que o assunto não pode ser tratado a toque de caixa. A liberação, no seu entender, deve ser cautelosa.

Já o Senador Leite Chaves, que também se encontra sem Partido porque está lutando, na Justiça, pela retomada do PTB da ex-Deputada Ivete Vargas, tem posição contundente: "Não se pode, moral nem juridicamente, impedir o voto do analfabeto. Ele não pode ser condenado duplamente, por ser analfabeto e não poder votar. O Estado é o único culpado e ele não pode ficar marginalizado."

OS CONTRÁRIOS

Contrários mesmos à adoção do voto do analfabeto se manifestaram o Senador Dinarte Mariz (PDS-RN) e o Deputado Pinheiro Machado (PP-PI).

O primeiro disse que "se deve é fazer guerra ao analfabetismo, guerra mesmo, e não lhe dar mensagem de estímulo. Eu sou contra e até mesmo na minha propriedade (Fazenda Solidão, no sertão do Seridó) eu boto para fora o morador que tiver filhos analfabetos. Eu dou professor, inclusive até o professor ambulante para os moradores mais distantes, mas não aceito analfabetos".



José Sarney